



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ISES

Justiça tira diretoria e nomeia interventora

Denúncias de irregularidades levaram a Justiça a decretar a destituição da diretoria do Instituto Sócio Educacional Solidariedade (Ises) e determinar a nomeação de uma interventora judicial. A liminar expedida pelo juiz Cristiano José Macedo Costa determina ainda a obrigação de que não sejam firmados novos contratos de parceria entre a Ises, o Estado e os municípios de Sergipe, bem como a quebra dos sigilos bancário e fiscal, com imediato bloqueio de todos os valores existentes no Instituto.

O magistrado estipulou multa diária de R\$ 1 mil, em caso de descumprimento do determinado judicialmente. A intervenção da Justiça atende pedidos do Ministério Público de Sergipe. Em 2009 o Ises atuava somente no município baiano de Vitória da Conquista. Em 2010 a entidade ampliou sua área de atuação para toda a Bahia. Já em 2011 o instituto passou a atuar em Sergipe, em Umbaúba. Por fim, a partir de 2012 firmou diversos termos de parceria e sua sede foi oficializada na cidade de Aracaju, de acordo com um documento extraído do site da Receita Federal.

Segundo o MPE o instituto celebrou termos de parcerias com mais dez municípios sergipanos, dentre eles, Japaratuba, Propriá, Riachão do Dantas, Divina Pastora, Tobias Barreto, Poço Redondo, Frei Paulo, Laranjeiras, Canindé de São Francisco e Macambira.

De acordo com o Relatório de Auditoria Operacional emitido pela Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços do Tribunal de Contas, o instituto recebeu recursos públicos no valor de R\$ 50.945.447,01 (cinquenta milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e um centavo), no período de 2011 a 30 de junho de 2014, tendo sido empenhado o valor de R\$ 71.714.673,60 (setenta e um milhões, setecentos e catorze mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta centavos).

Dentre as várias ilícitudes apontadas pelo Tribunal de Contas, o Ises apresentava, ainda, irregularidades em processos seletivos, ausência de consulta prévia aos Conselhos de Políticas Públicas, falta de capacidade operacional e financeira para cumprir os termos de parcerias e terceirização ilícita de mão de obra para a execução de serviços vinculados a atividade-fim do Poder Público Municipal.